

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos de Inventário Físico, Avaliação Patrimonial dos Bens do Ativo Imobilizado e Intangível do **SENAR-AR/MS**, com utilização do conceito das NBC TSP – do Setor Público, NBC TSP 07, 08, 09 e 10 para apuração do valor residual e determinação do valor recuperável dos Ativos (*Impairment Test*) e vida útil.

2. DA FINALIDADE

2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: A prestação dos referidos serviços justifica-se pelo atendimento da auditoria independente em cumprimento as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público NBC TSP 07, 08, 09 e 10 e a NBC TSP Estrutura Conceitual. O valor residual e a vida útil do ativo devem ser revisados pelo menos ao final de cada exercício, conforme (NBC TSP 07, item 67).

Considerando a necessidade de adequações às exigências técnicas e legais da base de dados contábeis para que os valores do patrimônio líquido estejam conciliados, auditados e valorados, garantindo informações precisas, resguardando e assegurando a excelência nas análises contábeis do SENAR-AR/MS e se tornem instrumento eficaz de uma perfeita gestão patrimonial. Para tanto, se faz necessário definir a vida útil econômica do item do ativo conforme alguns fatores:

- a) desgaste físico, pelo uso ou não; conforme
- b) geração de benefícios futuros;
- c) limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo;
- d) obsolescência tecnológica.

3. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. O objeto necessário ao atendimento das demandas do **SENAR-AR/MS** será detalhado a seguir:

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE ESTIMADA	PREÇO TOTAL MÁXIMO (ESTIMADO)
1	Serviços de Inventário Físico, Avaliação Patrimonial dos Bens do Ativo Imobilizado e Intangível, com utilização do conceito das NBC TSP – do Setor Público, NBC TSP 07, 08, 09 e 10 para apuração do valor residual e determinação do	Serviço	01	R\$ 112.666,67

	valor recuperável dos Ativos (<i>Impairment Test</i>) e vida útil.			
Valor total estimado em R\$ 112.666,67 (cento e doze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)				

3.2. A **CONTRATADA** deverá realizar os serviços de acordo com a ABNT NBR 14.653-5, NBC TSP 07, 08, 09 e 10 e ICPC 10, conforme escopo dos serviços:

3.2.1 DO INVENTÁRIO

I) Levantamento Contábil.

a) O **SENAR-AR/MS**, deverá fornecer uma relação com nº de Patrimônio e Descrição dos 2.195 itens estimados de bens patrimoniais a serem inventariados, composto por cerca de:

- 3 bens imóveis;
- 2.148 itens bens móveis;
- 20 itens bens intangíveis.

b) A empresa a ser **CONTRATADA** deverá tratar e carregar as informações recebidas para que sejam feitas as conversões da base contábil dos ativos para a realização do inventário e coleta de dados em campo;

c) O **SENAR-AR/MS** deverá fornecer a relação dos bens patrimoniais em arquivo dos tipos: XLS ou XLSX.

II) Elaboração do Inventário.

a) a elaboração do inventário perfaz a identificação da situação, fixação e/ou substituição de plaqueta disponibilizada pelo **SENAR-AR/MS**, quando necessário, e do registro das informações em planilha com descritivo técnico de cada bem e a sua alocação de forma automatizada; e

b) as atividades correspondentes à elaboração do inventário serão realizadas in loco, em conjunto com o responsável pelo acompanhamento da elaboração do inventário designado pelo **SENAR-AR/MS**.

c) os inventários serão realizados nos seguintes endereços:

- Rua Marcino dos Santos, 401 – Bairro Cacheira II – Campo Grande – MS.
- Avenida Radio Maia, 830 – Vila Popular – Campo Grande – MS.

d) as atividades de (visitas e análise dos bens do ativo imobilizado e intangível) serão realizadas de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h, devendo os custos das despesas de locomoção, alimentação, hospedagem e demais despesas acessórias serem de inteira responsabilidade da empresa **CONTRATADA**.

- e) os bens localizados nas unidades e não constantes no arquivo fornecido pelo **SENAR-AR/MS** deverão ser classificados de acordo com a natureza do bem, tomando por referência produto similar constante do relatório;
- f) na identificação de todos os bens deverão ser registradas as características dos bens inventariados e respectivas informações adicionais, quando houver, seguindo os dados do arquivo.
- g) as características dos bens compreendem, entre outras especificações constantes no arquivo o aspecto físico (estado de conservação: bom, regular e ruim), atendendo a Resolução nº 034/2018 do SENAR/CENTRAL.
- h) o relatório de itens inventariados será disponibilizado pela **CONTRATADA** em meio eletrônico e impresso, em formato arquivo dos tipos XLS ou XLSX e PDF, para consulta e armazenagem em mídia eletrônica ou servidor de dados.

III) Cotejamento/Conciliação

- a) a **CONTRATADA** deverá realizar a conciliação da base física com a base contábil, onde deverão ser correlacionados os itens inventariados com o seu correspondente item no cadastro contábil, apurando-se eventuais sobras físicas e contábeis;
- b) no caso de perfeita conciliação entre o físico e o contábil, o bem deverá ser dado por definitivamente cotejado, alterando-se, se necessário, apenas alguns dados cadastrais, de modo a permitir melhor identificação de cada bem patrimonial. Neste processamento, será também conferida a descrição e se houver divergências, será regularizada e/ou alterada a sua descrição;
- c) para os bens sem identificação no momento do inventário, deverá ser feita a conciliação por critérios técnicos (marca, modelo, número de série, estado de conservação);
- d) desta conciliação resultará a identificação de possíveis sobras contábeis (bens existentes no cadastro do sistema patrimonial e que não foram localizados fisicamente) ou sobras físicas (bens localizados fisicamente e que não foram identificados no cadastro); e
- e) o relatório de itens conciliados base física e base contábil constando eventuais sobras físicas e contábeis será disponibilizado pela **CONTRATADA** por meio eletrônico e impresso, em formato arquivo dos tipos XLS ou XLSX e PDF para consulta e armazenagem em mídia eletrônica ou servidor de dados.

3.2.2 AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

- a) a **CONTRATADA** deverá estabelecer o custo a todos os itens que compõem o ativo imobilizado do **SENAR-AR/MS** conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico ICPC 10 e NBC TSP 07, 08, 09 e 10 e nos demais instrumentos legais aplicáveis.

b) a **CONTRATADA** deverá apresentar os laudos de avaliação contendo o resultado final da avaliação patrimonial dos imóveis de propriedade e/ou responsabilidade do **SENAR-AR/MS** situado:

- Lote de Terreno nº 08 (oito), localizado na rua Teldo Kasper da quadra 09 (nove), Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS.
- Imóvel localizado na rua Eduardo Machado Metello, 337, Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS.
- Participação do imóvel da FAMASUL, localizado na rua Marcino dos Santos, 401, Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS.

c) a **CONTRATADA** deverá emitir Laudo de Avaliação conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT para avaliação imobiliária, contidas na série NBR 14653, que consideram a emissão de laudos de avaliação;

d) a análise técnica deverá ser realizada por engenheiro responsável técnico, com habilitação legal na especialidade, para identificar o valor dos bens quanto ao que for praticado pelo mercado, de seus custos, frutos e direitos.

3.2.3 AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS

a) a **CONTRATADA** deverá realizar a avaliação dos bens móveis, conforme estabelecido as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público NBC TSP 07, 08, 09 e 10 e a NBC TSP Estrutura Conceitual, na NBR 14.653, e nos demais instrumentos legais aplicáveis, com a emissão do laudo de avaliação;

b) o relatório de avaliação deverá ser apresentado fundamentado e com informações mínimas que permitam o pleno atendimento às práticas contábeis.

3.2.4 DETERMINAÇÃO VIDA ÚTIL E VALOR RESIDUAL

a) a **CONTRATADA** deverá determinar a vida econômica e valor residual dos bens através de laudo técnico e de acordo com metodologia definida no Pronunciamento Técnico ICPC 10 e Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público NBC TSP 07, 08, 09 e 10.

a.1) Os trabalhos compreenderão análises e avaliações do **Ativo Imobilizado e Intangível** (a ser fornecido pelo **SENAR-AR/MS**), utilizando os critérios e métodos estabelecidos no Pronunciamento Técnico ICPC 10 e Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público NBC TSP 07, 08, 09 e 10.

a.2) O Laudo deverá conter os itens especificados individualmente e ser entregue em duas vias, contendo:

- Descrição dos critérios e metodologia adotados;
- Demonstrativo dos cálculos efetuados;
- Análise da vida útil dos ativos imobilizados;

- A determinação do valor residual, com a indicação da data de referência;
- Depreciação estimada pela vida útil remanescente dos ativos;
- Documentário fotográfico dos bens tangíveis vistoriados;
- Descrição dos bens intangíveis a ser fornecido pelo **SENAR-AR/MS**;
- deverão estar fundamentados na NBR pertinente.

b) o levantamento de informações para o desenvolvimento dos estudos para determinação da vida útil econômica e do valor residual dos bens ficará a cargo da **CONTRATADA** em conjunto com o **SENAR-AR/MS**.

3.2.5 TESTE DE RECUPERABILIDADE — IMPAIRMENT

a) trata-se do comparativo entre o valor avaliado e o residual contábil, ou seja, verificar a possível redução no valor recuperável dos Bens dos Ativos Imobilizado e Intangível; e

b) o laudo técnico do teste de recuperabilidade deverá ser apresentado de modo que atendam o disciplinamento dado pelo Pronunciamento Técnico ICPC 10 e Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público NBC TSP 07, 08, 09 e 10, normas da AB - Associação Brasileira de Normas Técnicas e demais instrumentos legais necessários para o pleno atendimento às normas contábeis.

3.3. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiro ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa dos serviços, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direto regressivo em relação ao **SENAR-AR/MS** nem qualquer outro pagamento adicional.

3.3.1. As despesas com transporte, hospedagem e alimentação que se fizerem necessárias serão custeadas pela **CONTRATADA**.

3.3.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais com formações em áreas compatíveis com o objeto: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Mecânica e/ou Tecnologia da Informação, Arquitetura, sendo a avaliação patrimonial exclusivamente por Engenharia Civil.

4. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. O regime de execução adotado será a **empreitada indireta por PREÇO UNITÁRIO**.

4.2. A execução do objeto, após assinatura do contrato, ocorrerá de **forma total (única)**, de acordo com a quantidade indicada neste instrumento, atendendo as necessidades do **SENAR-AR/MS**.

4.3. Os serviços serão executados na sede da Administração do **SENAR-AR/MS**, localizada na Rua Marcino dos Santos, n.º 401, Bairro Chácara Cachoeira II, Campo Grande/MS, CEP:

79040-902 e em sua filial, Centro Excelência em Bovinocultura de Corte, localizada na Avenida Radio Maia, 830, Vila Popular, nesta capital, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h às 17h.

4.4. A execução dos serviços deverá ser realizada por uma equipe de profissionais capacitada e supervisionada na matriz e na filial do **SENAR-AR/MS**.

4.5. O trabalho será desenvolvido com base nas seguintes etapas:

4.5.1. Diagnóstico

- a) Reunião de alinhamento com a equipe do **SENAR-AR/MS**;
- b) Realização de vistoria dos ativos;
- c) Realização de entrevistas verbais e solicitação da documentação técnica (ano de fabricação do item, tipo de manutenção aplicada, frequência de manutenção, capacidade produtiva dos ativos, condições de utilização etc.)
- d) Análise preliminar, mapeamento e definição dos controles internos empregados pelo **SENAR-AR/MS** nos ativos imobilizados e intangíveis;

4.5.2. Planejamento

- a) Estabelecimento de cronograma detalhado do projeto e definição dos recursos necessários;
- b) Levantamento fotográfico dos ativos;
- c) Levantamento dos procedimentos e práticas aplicadas na manutenção dos ativos imobilizados a serem avaliados;
- d) . Definição de atribuições e responsabilidades na condução do projeto de implementação;

4.5.3. Entrega dos Laudos

- a) Emissão dos laudos em formato arquivo dos tipos XLS ou XLSX, PDF e layout do sistema de Gestão Patrimonial da TOTVS com o valor residual e vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangível, conforme descritivo no subitem 3.2.4;

4.5.4. Suporte para Migração e Contabilização dos Laudos

- a) Auxiliar no processo de implantação da nova vida útil e do valor residual do bem no sistema de gestão patrimonial da TOTVS;
- b) Conciliar/cotejar as informações do sistema de Gestão Patrimonial com os registros da Contabilidade e com o Laudo emitido conforme subitem anterior 4.5.3.

4.5.5. Manual de Gestão para o Ativo Imobilizado e Intangível: Entrega do modelo de Manual de Gestão para o Ativo Imobilizado e Intangível do **SENAR-AR/MS**.

4.6. Cronograma para execução dos serviços.

4.6.1. O serviço deverá ser entregue em até 60 (sessenta) dias após a primeira reunião de alinhamento que deverá ocorrer em até 15 (quinze dias) após assinatura do contrato e início de

sua vigência.

4.7. O cronograma das etapas de execução dos serviços será delimitado em reunião com a equipe técnica do **SENAR-AR/MS**.

4.8. O **SENAR-AR/MS** disponibilizará pelo menos um profissional com experiência no acompanhamento e controle dos bens patrimoniais da empresa.

4.9. A **CONTRATADA** deverá designar um responsável para atender às solicitações do **SENAR-AR/MS** adotando as providências necessárias para a boa execução do objeto, bem como disponibilizar um canal de comunicação, por atendimento telefônico, correio eletrônico ou através de um sistema específico para este fim, para que sejam dirimidas eventuais dúvidas que possam surgir.

4.10. O objeto executado será considerado definitivamente aceito na forma e/ou condições acordadas neste instrumento após 10 (dez) dias úteis, da entrega total acaso não recusado.

4.10.1. Transcorrido o prazo supra, não caberá ao **SENAR-AR/MS** quaisquer questionamentos por falta de conferência quando do recebimento do objeto.

4.6. A aprovação do objeto pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia contra defeitos de equipamentos empregados na execução, e não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA** por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidade com as especificações técnicas exigidas **neste instrumento** ou atribuídas a **CONTRATADA**, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades verificadas durante sua utilização, garantindo-se ao **SENAR-AR/MS** as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

4.7. A **CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, sob qualquer forma, nem que parcialmente, o contrato a ser firmado, nem tampouco subcontratar quaisquer dos serviços definidos neste instrumento.

4.8. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos na execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

5.1. O prazo de vigência do contrato ou instrumento equivalente será de 03 (três) meses, já contemplando o prazo de execução do objeto, podendo ser prorrogado.

5.2. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado por meio de crédito em conta bancária de natureza jurídica após a apresentação da nota fiscal e recebimento do objeto, em até 25 (vinte cinco) dias, respeitando o Cronograma de Pagamentos do **SENAR-AR/MS** onde:

a) Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**.

b) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo.

c) As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

5.2.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto, bem como o envio da respectiva nota fiscal para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

5.2.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

5.2.3. As notas fiscais deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

5.2.4. Não produzirão efeitos, notas fiscais endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 5.2.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **SENAR-AR/MS**.

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1. O **SENAR-AR/MS** fiscalizará a execução do objeto pela **CONTRATADA** por meio de colaborador designado formalmente e que verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

6.2. A fiscalização pelo **SENAR-AR/MS** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste Instrumento.

6.3. A ausência de comunicação por parte do **SENAR-AR/MS**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas no contrato ou documento equivalente.

6.4. A fiscalização se reserva ao direito de impugnar a execução do objeto pela **CONTRATADA**, quando não realizada a contento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o **SENAR-AR/MS**.

6.5. O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no contrato ou documento equivalente.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

7.1.1. Designar um responsável para exercer a fiscalização deste instrumento junto ao **SENAR-AR/MS** adotando as providências necessárias para a boa execução do objeto.

7.1.2. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação válidas, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, bem como quaisquer outras determinações legais que sejam próprias de seu ramo de atividade mesmo que não inseridas neste instrumento ou instrumentos a ele vinculados.

7.1.3. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.1.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da execução do objeto, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias.

7.1.5. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste instrumento.

7.1.6. Praticar rigorosamente os preços estabelecidos na sua Proposta de Preços para a execução do objeto.

7.1.7. Não subcontratar ou transferir em hipótese alguma os direitos advindos deste instrumento a terceiros, seja a que título for.

7.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.1.9. Comunicar ao responsável indicado pelo **SENAR-AR/MS** sobre qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

7.1.10. Encaminhar as notas fiscais para pagamento juntamente com as certidões de regularidade fiscal e outros documentos que se fizerem necessários.

7.1.11. Comunicar imediatamente ao **SENAR-AR/MS** qualquer alteração em seus dados cadastrais.

7.1.12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender, corrigindo imediatamente as deficiências apontadas, sejam elas relativas à execução do objeto ou burocráticas, bem como dará ciência

ao **SENAR-AR/MS**, prontamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução do objeto.

7.1.13. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao **SENAR-AR/MS** e/ou a terceiros, por seus empregados e/ou prepostos, dolosa ou culposamente, quando da execução do objeto.

7.2. Executar os serviços conforme especificações do objeto e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

7.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, se for o caso.

7.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto deste contrato, de acordo com os artigos nos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

7.5. Providenciar pessoal técnico especializado para desenvolver as atividades inerentes ao contrato.

7.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.7. Apresentar ao **SENAR-AR/MS** a relação nominal dos empregados para a execução dos serviços, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá funcional, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

8. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA EMPRESA – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A empresa vencedora deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, documentação comprovando possuir profissionais responsáveis técnicos pela gerência, coordenação, execução e entrega dos serviços, profissionais com formações em áreas compatíveis com o objeto: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Arquitetura, Engenharia Mecânica e/ou Tecnologia da Informação.

8.2.1. A comprovação do vínculo profissional formal deverá ser realizada mediante apresentação de quaisquer dos seguintes documentos:

a) no caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o n.º de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário.

b) no caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou da sede da empresa interessada.